Vítor Oliveira Jorge
[Coordenador]

CONSERVAR PARA QUÊ?

8ª Mesa-redonda de Primavera

Realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 26 e 27 de Março de 2004

PORTO·COIMBRA

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Departamento de Ciências e Técnicas do Património
Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto
(Fundação para a Ciência e a Tecnologia)
2005

REABILITAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS E REUTILIZAÇÃO DA CIDADE: O CASO DE PORTO-GAIA

por

José Alberto Rio Fernandes*

Resumo: Depois de uma atitude marcada pela monumentalização e renovação, seguiu-se um período de conservação da cidade cujos resultados parecem marcados essencialmente pela sacralização de todo o tecido antigo e/ /ou pela sua "turistificação", numa combinação que muitas vezes esquece a decadência dos miolos e as condições de vida dos residentes e favorece o embelezamento e animação das frentes de rio, na resposta ao aumento do número de visitantes.

No caso de Porto-Gaia, esta dualidade é ainda mais significativa, já que a continuidade territorial não é acompanhada de níveis mínimos de cooperação e se verifica uma total ausência de contextualização deste tecido antigo num espaço urbano expandido, policêntrico e fragmentado, cuja coerência terá que ser encontrada à escala multimunicipal.

Neste quadro, uma política para o centro histórico terá que ser entendida no instável equilíbrio entre conservação e modernização, tendo em atenção a resposta à necessidade de transportar para o futuro a cidade que herdamos, o que apela para as potencialidades da reutilização das formas, com a potenciação da heterogeneidade dos conteúdos (residências, estabelecimentos económicos, equipamentos públicos, ...), marcados por vários tempos e as mais diversas características sociais e económicas.

Palavras-chave: Centro histórico; reutilização; planeamento.

Abstract: For a long period the restoration of the monuments and the renovation of the urban fabric was the normal attitude towards the ancient parts of the city. But nowadays conservation dominates, and the result is that these areas became sacred and/or "turistified, and the resulting mix tends to forget the interiors and the conditions of residence there, in favour of beautiful waterfronts for an increasing number of visitors.

In the Porto-Gaia case, this opposition is even more significant as the special contiguity isn't accompanied by institutional cooperation and there's a total lack of contextualization of this area on an expanded, polycentric and fragmented urban space, whose cohesion must be found on a level above the municipality.

In this context, a policy for the historical centre must be adopted in the instable balance between conservation and modernization, considering the need to carry the city of the past into the future, which implies a capacity for the reutilization of the forms with a complex mix of residents and uses of different characteristics.

Key-words: Historical centre; reutilization; urban planning.

---

* Departamento de Geografia da FLUP. E-mail: j.a.riofernandes@vianw.pt

1. APRESENTAÇÃO

No contexto europeu, o conceito de centro histórico tem uma forte carga simbólica, relacionando-se-lhe, em regra, o fundamental do que se entende por "identidade da cidade", no seu duplo simbolismo: como referência para uma comunidade de cidadãos de um mesmo espaço urbano e como uma "imagem resumida da cidade para o visitante" (LACAZE, p. 15). Corresponde, em regra, a um espaço densamente construído e de elevada compacidade, com alguns imóveis proeminentes pelo seu volume e importância, onde as ruas e as praças, mais ainda que a maioria das construções, têm um passado extenso de vários séculos, sobrepondo-se ou justapondo-se (como é o caso do Porto e Gaia) a uma centralidade administrativa e económica.

Trata-se, em muitos casos, de um espaço que se convencionou delimitar pelo circuito da muralha medieval (nuns casos ainda existente, noutros já total ou parcialmente desaparecida), muito embora raramente corresponda a um território histórica e morfologicamente homogéneo, mas antes ao que resultou de um longo processo de crescimento "expontâneo" (soma de muitas pequenas intervenções individuais) e de acções de planeamento que foram adicionando e substituindo elementos (edifícios, ruas, praças, jardins,...) ou conjuntos, na construção de um todo heterogéneo. Assim é no caso de Porto e Gaia, aqui tomados por unidade e simultaneamente como contraponto entre si.

De facto, reportando-nos ao caso dos arruamentos, note-se que alguns advirão de velhas estradas romanas, ou porventura até de trilhas pré-romanas (como se crê ser o caso do eixo Mercadores-Bainharia, continuado em Gaia na Rua Cândido dos Reis (OLIVEIRA, 1973), ou da progressiva urbanização de velhos caminhos, como no Morro da Sé (no Porto) ou no Morro do Castelo (em Gaia), enquanto outros resultam de uma intervenção planificadora, seja real, com D. João I e D. Manuel I, no caso das ruas do Infante e das Flores por exemplo, seja associada ao racionalismo classisante do Marquês de Pombal, ou melhor, de seu primo e sobrinho, os "Almadas", João e Francisco, no Porto, que projectam a Rua de S. João e a Praça da Ribeira, seja ainda ligada à cidade industrial de finais do século XIX e princípios de XX, com as preocupações higienicistas e de livre-trânsito a ajudar a compreender a dimensão e traçado dos eixos Nova da Alfândega-Praça Infante D. Henrique-Mouzinho da Silveira, D. Afonso Henriques-Vímara Peres e General Torres ou Ramos Pinto (estes do lado de Vila Nova de Gaia).

Nas construções, a heterogeneidade é porventura maior ainda, convivendo velhos e novos prédios, uns mais volumosos, outros de menor dimensão, uns destacados face ao conjunto, outros em núcleos que tornam quase indisguível cada um. Em geral, abundam os edifícios religiosos (apesar do desaparecimento de vários no

século XIX[1]) e são raros os da nobreza (ausentes mesmo no pequeno núcleo medieval, a Este do Rio da Vila, ou seja, da Rua de Mouzinho da Silveira), enquanto as idades são muito variáveis, embora a larga maioria seja posterior ao século XVIII. Neste quadro, do lado de Vila Nova de Gaia, haverá que notar a menor expressão das pequenas casas e dos imóveis religiosos e que realçar a importante dimensão das caves de vinho fino, de idade variável, mas de notável homogeneidade na forma e no modo como, já próximo da foz do rio, em naves de grandes vãos, se adequam à topografia, reproduzindo na versão urbanizada os terraços dos vinhedos do Alto Douro.

Relativamente aos usos, a heterogeneidade é também forte, muito embora se denote uma certa filtragem, residencial, com o envelhecimento dos moradores e, no tecido económico, com a retracção dos estabelecimentos da pequena indústria, do comércio tradicional de produtos de baixo custo e dos cafés e tabernas orientados para a população local, em contraponto com o progressivo alastramento, da Ribeira para Miragaia, dos bares e esplanadas direccionados para os visitantes. Na margem esquerda, esta dualidade do tecido económico é mais visível ainda, muito em consequência da intervenção recente da Administração dos Portos de Douro e Leixões (APDL) na antiga área portuária de Gaia, acentuando-se a segmentação entre a economia local no tecido antigo e as actividades especializadas e internacionalizadas, na frente de rio, orientadas para a procura esporádica, atraída também pela proximidade do Douro e pela imagem do Porto que o espaço marginal proporciona.

É pois de um espaço heterogéneo que se trata, quando se fala do Centro Histórico do Porto (e Gaia, histórica continuidade e contraponto) e dum espaço com história, que soube conservar, mas também substituir. E é face a este espaço em concreto que se procurará a resposta à pergunta que é proposta na mesa redonda a que este artigo está ligado: "Conservar Para Quê?"

Naturalmente que abordar a questão obriga à compreensão teórica das questões associadas à delimitação de conceitos como o de centro histórico e património. Ainda assim, ao invés de privilegiar a discussão conceptual, optamos por procurar centrar o nosso contributo a partir da reflexão sobre um caso concreto, associando a apreciação

---

[1] Como se sabe, um dos efeitos da vitória de D. Pedro IV e do triunfo da revolução liberal foi a extinção de ordens religiosas (decreto de 1834) e a demolição ou alteração de uso de diversos edifícios religiosos: o Palácio da Bolsa, sede da Associação Comercial do Porto foi construído sob as ruínas do Mosteiro de S. Francisco; o Mercado de Ferreira Borges foi edificado em terrenos do Mosteiro de S. Domingos; o Mosteiro de S. Bento de Avé-Maria deu lugar à Estação de S. Bento; o Mosteiro de S. João Novo alberga ainda o tribunal com o mesmo nome; o Mosteiro de S. Bento da Vitória, depois de vários usos, é actualmente edifício-sede da Orquestra Nacional do Porto; o Convento dos Lóios e o dos Congregados (este entretanto demolido) passaram à posse de civis, em ambos os casos "brasileiros" regressados, um dos quais de apelido Cardoso, donde a designação de "Passeio da Cardosa" ao topo sul da Praça da Liberdade.

das questões da conservação ao papel desempenhado pela evolução "natural" da cidade e pelas políticas de urbanismo, para discutir o que conservamos e o que construímos, o que queremos conservar e o que queremos construir, e para quê. Donde, uma parte final orientada para a dimensão política, enquanto contributo para a definição de objectivos de orientação estratégica e intervenção urbanística.

Na abordagem, entende-se por indispensável uma perspectiva diacrónica e espacial. Realça-se o tempo, porque importa compreender a forma como a atitude perante a cidade antiga foi variando e dar conta dos traços gerais da intervenção feita sobre o Porto e Gaia nas últimas décadas e do modo como este espaço evoluiu; o espaço, porque se pretende identificar o modo como se alterou a condição territorial do centro histórico e de que forma a essa alteração correspondeu a alteração do modo como se vive e se usa este e outros espaços que constituem a cidade nos nossos dias.

2. ANTECEDENTES

Em oposição a perspectivas valorizadoras do modernismo e do progresso, o tecido antigo é hoje visto como a "alma" da cidade, existindo algum consenso relativamente à necessidade de assegurar a sua protecção e conservação. Todavia, nem sempre assim foi e estará seguramente na altura de voltar a debater criticamente este consenso, face a profundas alterações que se vivem num espaço urbano alargado, onde o centro histórico se tornou apenas uma pequena parte da cidade e corre sérios riscos de se tornar mais visitado que vivido, mais imagem que conteúdo.

Recorde-se que, ainda em meados do século era relativamente consensual a ideia – e a intervenção arquitectónico-urbanística consentânea com essa ideia – que o monumento era um edifício singular, importando sobre todos os demais restaurar e destacar os "monumentos pátrios", ligados fundamentalmente à nacionalidade (os castelos, o Mosteiro da Batalha,...) e à "epopeia dos descobrimentos" (Jerónimos, Torre de Belém,...).

No caso do Porto, faltava o castelo ou o manuelino: o que fez com que se centrasse o esforço associado às comemorações do duplo centenário, da independência e da restauração, em torno da Sé e do Palácio Episcopal. O facto de a Câmara Municipal partilhar na altura (1940) o Palácio do Bispo (enquanto se construíam os novos Paços do Concelho), terá ajudado também, por certo, a favorecer a prioridade dada à monumentalização destes imóveis, a cuja imponência, quando vistos a partir de Gaia, faltava somar o desafogo no espaço próximo e reforçar a visibilidade a partir do novo centro da cidade do Porto.

Assim, a década de 30, com alguns acrescentos a prolongar-se até aos anos 60, assistiu, entre outras intervenções, à criação do Terreiro da Sé, para o que se demoliram dezenas de casas e se transferiu a Capela de Nossa Senhora de Agosto (ou

Capela dos Alfaiates) para o extremo ocidental da Rua do Sol e ao alargamento do acesso ao terreiro, com construção de muros e escadas para o lado Norte, o que obrigou a mais algumas demolições, tendo havido lugar igualmente acrescentos monumentalizadores, como é o caso da edificação de um pelourinho barroco, da criação de ameias na Catedral e da instalação da estátua a Vímara Peres, já em 1968.

Esta operação urbanística marca bem a dualidade entre o tecido antigo (de velhas casas anónimas e ruas estreitas e pequenas) e os imóveis notáveis, o que estava em perfeita consonância com os princípios aprovados pelo Congresso Internacional da Arquitectura Moderna em Atenas e que, por inspiração de Le Corbusier (Charles-Edouard Jeanneret), orientavam muito do urbanismo europeu. O tecido antigo era então visto como "irracional" face às necessidades das "velocidades mecânicas", um estorvo à modernidade exigível à cidade do século XX, sendo defendido apenas por aqueles que, no dizer de então, preferem a estética ao combate à miséria, à promiscuidade e à doença que se abrigam nos velhos quarteirões. Prolongava-se e racionalizava-se assim, com a Carta de Atenas, um quadro teórico-técnico que modernizava e acrescentava preocupações sociais ao higienismo Oitocentista, responsável já, décadas antes, por alterações profundas no tecido antigo de muitas das maiores cidades europeias.

No Porto, outra importante intervenção da época é a "Avenida da Ponte", rasgada já em meados do século XX, e que obriga ao desaparecimento do Largo e Rua do Corpo da Guarda, para assegurar a ligação directa da "Baixa" (à cota alta) à Ponte D. Luís I e, pelo novo eixo central de Vila Nova de Gaia (Avenida da República), à estrada de Lisboa. Mas o século XX conheceu diversos projectos mais para o Centro Histórico, propostos por urbanistas diversos, com destaque para Barry Parker, Ezequiel de Campos, Marcello Piacentini, Giovanni Muzio e Robert Auzelle, nalguns casos propostas alternativas para uma mesma realização, por exemplo no caso da "avenida da ponte". Noutros casos, todavia, avançam-se ideias mais amplas que defendem o alargamento de velhas ruas (por exemplo a adequação das ruas da Bainharia e dos Mercadores ao tráfego automóvel nos dois sentidos, proposta por Ezequiel de Campos), a demolição de velhas casas (quase todas as que existiam entre a Rua de Mouzinho da Silveira e a Sé e a Ribeira), para a construção de prédios altos e distantes entre si, como propunha Parker (ver figura 1), ou ainda a criação de um parque de estacionamento (sob o Morro da Sé) e a abertura de uma avenida (a atravessar o Barredo de Este para Oeste).

3. A INTERVENÇÃO RECENTE NO CENTRO HISTÓRICO

Estas propostas depararam-se com falta de capacidade política e sobretudo económica. A partir do final dos anos 60, a essas dificuldades soma-se a oposição de

algumas figuras da cidade (na sequência do Congresso de Veneza), dando origem a um movimento de que vai resultar, em 1974, a constituição do Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira-Barredo (CRUARB). Este, sob diversos modelos e conjunturas e a partir de 1991 com a Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto, promove uma outra abordagem para o tecido antigo, o qual deixa de ser visto como um problema e passa a ser cada vez mais tomado como um valor.

A intervenção na cidade histórica, favorece agora a conservação face à substituição, retomando-se afinal uma prática que já Patrick Geddes defendia e concretizava nos anos 40, sob a designação de "cirurgia de conservação" (HALL, p. 265). Todavia, a par da recuperação, também se constrói o novo, quer recorrendo a arquitectura contemporânea (frente à Igreja de Miragaia, por exemplo), quer reproduzindo o "tradicional" (como sobre o Túnel do Barredo), acontecendo ainda muitos casos em que, por absoluta necessidade, face ao adiantado estado de degradação, se recupera apenas a fachada e se cria o novo no miolo do edificado.

Num primeiro período, a acção restringe-se à Ribeira-Barredo, contribuindo para a sua valorização e posterior apropriação por parte sobretudo dos visitantes esporádicos (ao fim de semana e no Verão, ou nas noites de fim de semana). Mais tarde, a intervenção alarga-se a Miragaia e sobretudo à Sé e ganha um âmbito mais vasto, já que às preocupações centradas no edificado, se associa um número cada vez maior de acções de natureza social e económica, assim como alterações no espaço público.

Em todo o caso, até 2002, ano do seu encerramento por deliberação da Câmara Municipal do Porto, o CRUARB acumula informação, saber fazer e empatia com os residentes, promovendo uma atitude marcada sobretudo pela conservação, de prédios ou das suas imagens exteriores (fig. 2), assim como de residentes e até de ambientes, alargando ao longo do tempo a sua área de incidência: da Ribeira-Barredo para todo o interior da muralha gótica, daí para a vasta área classificada e de protecção à "Zona Histórica do Porto", consagrada pela UNESCO em 1996 como parte do "Património da Humanidade".

Do outro lado do rio, Vila Nova de Gaia tardou a despertar para a necessidade de protecção do seu tecido antigo (fig. 3). Tanto assim que na área classificada pela UNESCO, maugrado a continuidade de um e outro lado do rio, por motivos associados à falta de dispositivos de protecção, de Gaia se incluiu apenas a metade sul da Ponte de D. Luís e a Serra do Pilar. Esta atitude mudou e levou mesmo à constituição de uma unidade autónoma para protecção e valorização urbanística do Centro Histórico de Gaia, num processo que chegou a anunciar-se como tendente a unir a gestão urbana em ambas as margens do Douro. Todavia, o futuro veio a ser diferente, assistindo-se antes ao seu desmantelamento, ao mesmo tempo que se anunciava a intenção de Gaia promover a candidatura da área das caves de vinho do Douro a Património da Humanidade, o que possibilitaria, a ser aprovada, o fecho do "triângulo do vinho fino", já que depois de

classificado o centro de negócio (Porto) e anos depois o território de produção (Douro Vinhateiro), falta apenas conseguir a mesma distinção para o entreposto.

4. A SITUAÇÃO ACTUAL

Mais no Porto do que em Gaia e mais noutras cidades que no Porto, pode considerar-se que existe uma tendência geral no sentido da valorização da conservação e restauro que no limite levaria à "congelação da cidade". Alguns autores falam até de um processo de museificação relativamente a um espaço urbano tornado cada vez mais vasto, "com risco de trombose ligada à inflação patrimonial" (CLUZET, p. 141). Uns vêem neste processo uma intenção da cultura moderna embalsamar o passado, conservado como morto, para melhor marcar a diferença com a sua afirmação, que incide sobretudo na periferia (LOYER, p. 139); outros preferem colocar em evidência a ideia de que esta hipervalorização se deve à simples consciencialização de que não temos sido capazes de produzir edifícios e conjuntos urbanos com valor suficiente para merecerem vir a ser preservados, donde uma forte valorização do herdado (CLUZET, p. 144).

No Centro Histórico de Porto-Gaia, apesar das muitas intervenções, o diagnóstico face ao tecido histórico que temos é razoavelmente consensual e mantém as dimensões de crise como dominantes sobre os sinais de revalorização. De facto, por razões diversas, de ordem global, mas também reforçadas por motivos específicos (como o congelamento das rendas e a suburbanização tardia), são muitos os prédios que apresentam sinais de marcada decadência e degradação, face à ausência de qualquer beneficiação há longas décadas. E os resultados ficam bem à vista, com alguns a ameaçar ruína e outros a registar uma diminuição sensível nas condições de conforto que oferecem, em contraste com os que mereceram intervenção recente ou os poucos que se construíram de novo (ver figura 4).

Em paralelo, pode falar-se de um certo despovoamento ou, com mais propriedade, de uma "desdensificação" da cidade histórica, o que permitiu diminuir as situações de sobreocupação que tinham transformado muitos prédios em autênticas colmeias e impediam qualquer recuperação digna desse nome[2]. Em Porto-Gaia, como na generalidade das cidades portuguesas, saíram apenas aqueles que o desejaram e puderem ter condições para tal e se é certo que, para lá do recurso a economias próprias ou ao

[2] Note-se que, de 1960 para 2001 as "freguesias históricas" do Porto (Miragaia, S. Nicolau, Santo Ildefonso, Sé e Vitória) perderam quase 2/3 da sua população, passando de um total de 65.012 habitantes para 24.841 habitantes, e que na última década censitária, também a freguesia de Santa Marinha (em Vila Nova de Gaia), passou a registar perdas, apesar de abarcar espaços de expansão recente da mancha urbana e outros onde ocorreram processos de renovação. Todavia, estas continuam a ser as freguesias de maior densidade populacional no conjunto dos concelhos da Área Metropolitana do Porto.

crédito, existiram medidas de política que permitiram a fixação de muitas famílias fora do Centro Histórico, em geral esta transferência deu lugar a um envelhecimento da população, já que saíram sobretudo os mais jovens e, em contrapartida, foram muito poucos os jovens ou jovens adultos que para aí vieram residir. Neste processo, poderá igualmente ter ocorrido uma filtragem socio-económica, uma vez que, mesmo na ausência de dados consistentes, se pode acreditar terem permanecido sobretudo os que têm menos posses e, dos poucos que entretanto aí vieram morar, um bom número utilizará este espaço como "rectaguarda" escondida e desvalorizada da cidade, onde é mais fácil encontrar a baixo custo um lugar para morar, mesmo que provisoriamente.

No campo económico, se deixarmos de fora as dinâmicas que a noite e o turismo trouxeram, podemos falar essencialmente de estagnação e perda. Tanto assim que existem já diversos casos de abandono da actividade, quando, ainda há uma década atrás, os espaços devolutos se restringiam aos andares mais elevados, para o que contribuiu decisivamente a ausência de elevador para moradores de idade avançada e os telhados a não asseguraram protecção adequada à chuva. Será o resultado de um processo de abandono que se alastrou a partir dos andares mais elevados das ruas "mais históricas", descendo nalguns casos até ao rés-do-chão, ao mesmo tempo que se alargou, incluindo hoje boa parte da cidade consolidada de finais do século XIX.

Esta crise da cidade histórica, seja a mais antiga e patrimonial (do centro histórico), seja, no caso do Porto, a mais comercial (a chamada "Baixa"), seja mesmo a das ruas e bairros do século XIX e primeiras décadas do século XX, é hoje marcada por um largo conjunto de alterações que ocorreram na cidade multimunicipal dos nossos dias, associadas a um processo de suburbanização intensa, impulsionada pela melhoria da rede viária, pelo aumento da taxa de motorização, pelo alargamento do acesso a habitação própria e pelas alterações na oferta e nos comportamentos de consumo, facilitados pela melhoria do poder de compra e pela internacionalização das economias. A alteração foi tão forte e de tal forma dramática nos centros de cidades que, de facto, se pode hoje confirmar, como se receava que, no Porto, se estenderam à Baixa alguns dos piores sinais do Centro Histórico, como a degradação formal e a desvalorização funcional (FERNANDES, 1992, p. 24), num processo que aponta para a tendência à construção de uma "cidade-donute" como as que o liberalismo americano produziu, com a modernidade a afirmar-se na envolvente, enquanto o centro se esvazia.

5. O(S) CENTRO(S) HISTÓRICO(S) E AS POLÍTICAS PARA PORTOGAIA

No Porto, as alterações introduzidas após as eleições de 2001 traduziram-se numa significativa modificação da política para a cidade histórica. Alguns aspectos dessa mudança importa serem considerados, para melhor se compreender a evolução

recente e o contexto em que se inscrevem os desafios que estão colocados à conservação no/do Centro Histórico de Porto-Gaia.

Note-se antes de mais, a existência de duas novas atitudes: a associação do tecido mais antigo à Baixa e a prioridade aos mecanismos de mercado, com a constituição de uma Sociedade de Reabilitação Urbana (SRU) para a dinamização das intervenções no imobiliário. Por um lado, estas atitudes reforçam a tendência a valorizar a Baixa face a outros espaços da cidade, designadamente ao Centro Histórico, o qual passa agora a ser apenas parte – e a parte politicamente menos central – de um tecido antigo alargado até à Rua da Constituição. Por outro lado, rejeitando mecanismos herdados da dinâmica da Sociedade Porto 2001 (igualmente extinta, tal como o CRUARB), protelaram-se e diminuíram-se os efeitos de intervenções em curso no espaço público e no tecido económico, privilegiando-se a habitação, afirmada agora como o elemento central de mandato e chave do sucesso da Baixa[3].

Em Vila Nova de Gaia, a aposta política parece clara, a considerar a dimensão do processo de renovação promovido pela APDL, com a criação de novas áreas de consumo. Todavia, as indefinições não são poucas, face à intenção de promover candidatura a Património da Humanidade e, em simultâneo, pouco se conhecer dos esforços que obstem ou forneçam alternativa à degradação e desqualificação do edificado e, em especial, ao abandono das caves, como consequência da sua migração para o Alto Douro e sobretudo da alteração da propriedade em resultado do desaparecimento de muitas empresas por aquisição por parte de poucos grandes grupos económicos.

Em geral, o Centro Histórico de Porto-Gaia, tomado como o espaço situado no interior da muralha gótica, do lado do Porto, e a encosta de Gaia entre morros a Norte do caminho-de-ferro[4], tem sido votado nos últimos anos ao quase completo abandono, sendo verdadeiramente excepcionais as intervenções recentemente iniciadas, donde o risco acrescido de, na ausência de dinâmicas empresariais e intervenção pública, os edifícios começaram a ruir, como diversos ameaçam, ou multiplicarem-se os prédios

[3] É inegável a necessidade de incorporar a habitação no urbanismo, para evitar que "como há um século, os arquitectos-urbanistas enfatizem a aparência, o lado decorativo das cidades (...) com um visível favorecimento do tratamento dos grandes espaços públicos, à custa dos lugares onde as pessoas comuns trabalhavam e viviam" (HALL, pps. 420, 421). Todavia, no caso da Baixa, importará lembrar que nos seus melhores tempos – que não regressam à cidade alargada e policêntrica dos nossos dias, é certo –, a importância da habitação era diminuta, não abundando todavia até aos anos 80, ao contrário do que se passa hoje, os espaços vazios nos andares superiores (FERNANDES, 1995), pelo que se rejeita que possa agora ser tomada como o essencial na sua revitalização/regeneração.

[4] Este limite, imperfeito, como todos, é razoável, e tem relação com a percepção da população. Claro que deixa de fora tecido antigo, claro que deixa do lado de dentro espaço de produção recente. Mas, em contrapartida, permite a operacionalização do conceito, ao evitar a transformação dos centros históricos num conjunto de fragmentos descontínuos e o seu alastramento excessivo, seja em espaços coincidentes com a mancha urbana de finais de XIX, de meados de XX ou, porque não?, com a inclusão da totalidade da cidade de hoje, numa política de ao tudo pretender defender, nada valorizar.

escorados (como nas ruas dos Mercadores, da Bainharia e da Ponte Nova) e até as ruas vedadas ao trânsito das pessoas pelo perigo de queda de materiais (como acontece já na Viela do Anjo, para incómodo dos residentes e estupefacção dos visitantes).

Esta dinâmica, regressiva e de decadência, não é contraditória, antes complementar, de uma outra, marcada pela "turistificação" do espaço público e do tecido económico e pela "gentrificação" habitacional, o que obriga a retornar ao tema da heterogeneidade, agora para salientar as notáveis diferenças entre o eixo degradado e "perigoso" de Pelames-Bainharia-Mercadores e algumas das suas transversais, os espaços esquecidos no Morro da Vitória ou em grande parte do miolo do tecido antigo de Gaia e as artérias mais comerciais, cuja decadência é recente mas já acentuada (caso de Mouzinho da Silveira, Flores, Belomonte e Cândido dos Reis), relativamente ao espaço monumental do Alto da Sé e da Serra do Pilar e aos espaços mais usados por visitantes esporádicos, muitos dos quais turistas (Ribeira-Largo do Terreiro, S. João-Infante-Nova da Alfândega e Diogo Leite-Ramos Pinto). Nestes espaços mais valorizados, junto ao Douro, terminaram há bem pouco tempo intervenções sobre o espaço público apoiadas pelo Estado (Programa Polis), aumentou-se a capacidade de estacionamento (na Alfândega e sob a Praça do Infante, ou junto ao desaparecido porto de Gaia), facilitou-se a ligação à cota alta (com o teleférico dos Guindais que Gaia pretende reproduzir na ligação com a Serra do Pilar), pelo que o processo de transformação e valorização é evidente, com multiplicação de cafés, restaurantes e esplanadas, acrescentado até pela abertura de hotéis. Em consequência, agudizam-se aqui os conflitos entre moradores e utilizadores esporádicos, especialmente quando o lazer de uns não é compatível com o descanso de outros, e reforçam-se os riscos de monofuncionalidade e aumento do custo dos produtos e serviços, o que poderá, como ocorreu com a transformação de Les Halles em Paris e Covent Garden em Londres, ou no centro de Birmingham, promover o afastamento dos actuais residentes (HALL, p. 290, Loftman&Nevin in MILES&HALL, p. 90). Nestes espaços, parecem estar criadas as condições para a "gentrificação", seja empresarial (o que é já evidente), seja residencial, com a constituição de uma procura selectiva e o aumento significativo do número de moradores de classe média, com forte participação de artistas e outros profissionais com formação académica superior e elevada exigência cultural[5].

Se é verdade que novos residentes deverão ser bem-vindos, tal não deve conduzir a uma ruptura com o "ambiente" local, sob pena de uma radical alteração na "perso-

[5] Muitas vezes, este é um passo intermédio, antes da fixação dos que têm mais elevado poder de compra: "em Hoxton, no East London, por exemplo, a culturação realizada pelos lofts de artistas levou rapidamente à gentrificação. Agora a maioria dos artistas foram substituídos por executivos dos serviços financeiros, "marketing" e industrias de media, que vivem numa boémia de ricos, próximo de blocos de torres cujos habitantes sofrem níveis alarmantes de privação múltipla (ou seja, de oferta de habitação, saúde, educação, transporte e cultura) (MILES & HALL, 2003, p. 146).

nalidade" do território histórico (mantendo-se a imagem, alterando-se os usos e os habitantes) que é o risco também do modelo adoptado para a recuperação da Baixa do Porto, onde é esperada a intervenção privilegiada do capital privado[6]. A assim suceder, o que nada configura de estranho face ao que ocorre noutras cidades europeias, caminhar-se-ia possivelmente para um centro da cidade tomado por pessoas de mais elevado poder de compra – o "novo elitismo na cidade central" (DUPUY, p. 147) – que conviveria com os bairros sociais da periferia transformados em "espaços de desespero" e a periferia entregue aos agora jovens casais, de futuro economicamente incerto, obrigados a grandes deslocações e amarrados pela dívida à sua casa. Mas, claro que a cidade é bem mais complexa e não permite leituras simples, embora esta possa ser uma dinâmica a considerar, cruzada com outras, como a da oposição entre o ocidente mais valorizado e o oriente mais dependente, ou a tendência a um reforço das desigualdades, com a constituição de "ilhas" de conforto (como os condomínios fechados, ou os centros comerciais) e "ilhas" de exclusão, onde, nos bairros ou em alguns quarteirões antigos "...um fenómeno cumulativo tende a concentrar as populações mais difíceis, as mais atingidas pelo desemprego, insucesso escolar, deficiência física e todas as formas de marginalização" (LACAZE, p. 105).

6. DESAFIOS DA CIDADE HISTÓRICA. CONSERVAR PARA QUÊ?

Face às dinâmicas instaladas e ao contexto espacio-temporal, será consensual sustentar a necessidade de uma atitude global coerente para o Centro Histórico de Porto-Gaia que atenda à sua diversidade interna e considere a inserção metropolitana, sob pena de, ao contrário do que sucede na maioria das cidades europeias, as acções de revitalização ao comércio de rua, por exemplo, esbarrarem na interminável multiplicação dos grandes complexos e formatos comerciais (depois de "hipers", os grandes "shoppings", a seguir os "outlet centres", depois...?)[7], ou o desejo de recuperação do edificado e de reocupação de habitação ser contrariado, como o foi e é, por um claro excesso da oferta a bom preço nos municípios vizinhos do Porto, ou que medidas de reabilitação na margem direita não tenham o resultado desejado pela ausência de uma

[6] Em tempos de diminuição do peso do Estado e grande valorização da iniciativa privada na resolução de problemas colectivos, lembre-se que, a par de pequenas intervenções de muitos, ou grandes intervenções de poucos, o Estado tem sempre um papel, e sendo o processo de transformação das cidades sempre comandado, "a questão é saber-se se é o Estado ou o capital que comanda" (MILES&HALL, p. 197), ou seja, saber-se se a Baixa que teremos é a que queremos e para a qual contribuirá a iniciativa privada, ou se será apenas o que os interesses da iniciativa privada pretendem que seja.

[7] Por exemplo na Alemanha, é hoje praticamente impossível a construção de novos centros comercias, já que a generalidade dos estados federados optaram por valorizar o comércio de rua.

continuidade na margem esquerda onde, pelo contrário, se aposta na produção de novo tecido urbano. Por isso, conservar, no caso de territórios inscritos numa urbanidade territorialmente alargada, imporá, antes de mais, considerar a cidade em toda a sua dimensão actual, "... na área geográfica de funcionamento dos principais mercados urbanos: de emprego, de alojamento, de serviços públicos e privados" (LACAZE, p. 84), o que faz apelo a uma dimensão político-administrativa que aconselha a revisão do actual quadro marcado pelo centralismo municipal e nacional (e que não deve ser confundido com criação de novos municípios por fusão ou por separação).

A ausência de concertação, todavia, se dificulta a definição de políticas coerentes e a sua concretização, não desculpa a ausência de orientações para o tecido antigo. Mesmo porque a contradição não é apenas territorial, mas igualmente inevitável na multiplicidade de atitudes com que encaramos o território e nos diferentes usos que lhe damos, pelo que considerar o centro histórico e saber se devemos ou não conservá-lo e de que tipo de conservação é que se trata, obriga necessariamente a considerar a existência de diferentes "públicos".

Na sensibilização para a escolha de medidas de política, os visitantes levarão vantagem, relativamente ao diminuído número e reduzida notoriedade dos que o habitam: sejam os turistas, a larga maioria de passagem ou numa curta "city break", os jovens da noite, que procuram igualmente um cenário propício ao lazer, ou o largo número dos suburbanos nostálgicos, que valorizam o histórico, muito embora frequentem sobretudo uma outra cidade, dos condomínios, apartamentos e vivendas da periferia e dos centros comerciais. Para este grupo de utilizadores, conservar o centro histórico significa em geral manter e melhorar a imagem que eles guardam da cidade, tornando-o atractivo para a visita, pelo que uma boa política apontará para o embelezamento e o aumento dos níveis de segurança e conforto[8]. Esta orientação de política tem basicamente dois grandes modelos: a museificação da cidade, com associação entre locais e temas (à imagem dos parques temáticos) e sacralização de todos os elementos herdados (hoje imóveis e conjuntos edificados, amanhã os reclamos comerciais e os paralelos das ruas de há meio século, depois as lâmpadas dos candeeiros, mais tarde...?), ou a "rousification"[9], vista como forma de adulteração por imitação[10]. Neste caso, verifica-se que a cidade tende a transformar-se numa réplica de si mesma, empacotada, deshistorizada e mercantilizada, como acontece com a área do

---

[8] Assim a cidade se transforma em palco e a sua gestão deve ser como a de uma casa de espectáculos, o que obriga a alterar continuamente as atracções para atrair as pessoas e mantê-las entretidas (HALL, p. 386).

[9] Expressão construída a partir de James Rouse, nome do promotor dos projectos de "reciclagem urbanística" no porto interior de Baltimore e do Quincy Market e da frente marítima, em Boston.

[10] Onde o mercado define a imagem e os conteúdos do espaço (caso dos cais de Gaia), com o riscos dos lugares passarem a ser afeiçoados pela forma como os turistas os vêem ou consomem (David Gilbert, in PILE&THRIFT).

Pelourinho em Salvador (de cores garridas "históricas", mas vazia de gente), ou em Toulouse, onde a imagem da cidade rosa impulsionou a multiplicação à exaustão da pedra rosa em casas recuperadas do centro antigo, com "o mito asfixiando o presente" (CLUZET, p. 141).

Para os residentes, o modelo a valorizar será fundamentalmente o da cidade contemporânea, que ofereça emprego, acesso a bens e serviços e permita construir de novo e reconstruir com recurso aos materiais mais modernos e assim, por formas diversas, adequar o espaço herdado às necessidades actuais. Deste modo se prolongaria o tecido histórico, na sua dimensão fundamental, de espaço de uso, de vida, como parte integrante da cidade actual, de uma forma que, por certo, alteraria a imagem, modificando o equilíbrio entre o centro histórico e a memória que dele conservamos.

Entre valor afectivo dos que desejam a sua recuperação – o que deve ser valorizado – mas não a frequentam senão no passeio (não residem nela, nem aí trabalham ou fazem as suas compras) e o desejo de modernidade dos que a habitam, a dificuldade está, naturalmente, no estabelecimento do justo equilíbrio para uma parte simbolicamente forte de uma cidade que se pretende para todos. Pelo que, quando se trata de saber para quê conservar, torna-se necessário definir para quem e encontrar o equilíbrio entre o desejo de habitantes e visitantes. De uma forma geral, face à construção desse equilíbrio, parece chegada a hora do pêndulo iniciar o retorno, já que, depois do excesso de demolições e afirmação de modernidade de finais do século XIX e primeira metade do século XX, teremos actualmente atingido o extremo oposto, que dificulta a afirmação da modernidade e torna quase impossível qualquer demolição, apesar de sabermos que "a história das cidades está mais marcada pelas grandes alterações do que pela desvalorização do presente a favor da mitificação da arquitectura passada" (CLUZET, p. 144). Por outro lado, conhecem-se já os efeitos de uma certa política de conservação, na construção de "centros históricos fantasma", museificados e/ou turistificados (Caceres, Carcassonne, Praga, Obidos,...), porque conservar é transformar: não se pode conservar uma ruína se não a reconstruirmos enquanto ruína, necessária ao seu novo uso, lembra-nos Paul Chematov (in EDELMANN, p. 49). Nessa medida, é incompreensível a passividade pelo pastiche, em contraponto com a intolerância na reabilitação menos "historicamente rigorosa" que passa até, por vezes, pela obrigatoriedade de utilização de materiais que não são no nosso tempo, pelo que se tem de investigar para fazer como se fazia para melhor recriar, no nosso tempo, aquilo que foi num outro tempo que não o nosso! Por esse mesmo caminho, a intervenção urbanística nas praças da cidade histórica, deveria talvez recuperar o térreo das feiras que foram as praças na sua maioria ainda há pouco mais de um século (como no Porto as de Carlos Alberto, Coronel Pacheco, Cordoaria, Gomes Teixeira, Guilherme Gomes Fernandes, Liberdade, Almeida Garrett, Batalha, S. Lázaro, Alegria, Campo Vinte e Quatro de Agosto, Corujeira e Rotunda da Boavista). Em consonância com esta pers-

pectiva, o licenciamento de obras em espaços protegidos é moroso e difícil, o que, em contradição com o objectivo de rigor na protecção, facilita a passividade (e degradação dos imóveis) ao mesmo tempo que incentiva a construção na periferia, com a consequência da criação de um duplo desperdício: do vazio abandonado no centro e do vazio "à venda" na periferia.

De resto, fará falta sempre mais gestão e acompanhamento, a privilegiar em contraponto às tendências para valorização de uma certa "autorite" de grande projecto. Como afirma Renzo Piano, "a escala da contribuição do arquitecto no futuro da cidade deve ser modesta, não deve desejar surpreender a qualquer preço, antes valorizando a escala modesta [pelo que] a medicina que as cidades necessitam é homeopática e não química. O que faz falta são intervenções ligeiras mas constantes" (in EDELMANN, p. 223) que, por um lado, evitem que suceda aos centros históricos o que se passou com Zora que, "... obrigada a permanecer imóvel e igual a si própria para melhor ser recordada, estagnou, desfez-se e desapareceu" (CALVINO, p. 20) e, por outro, os protejam das megalomanias que procuram a afirmação de um autor ou de um projecto, com rupturas na identidade dos territórios.

Na procura constante da coerência entre os ambientes produzidos ao longo dos tempos, passados e futuros, realce-se a necessidade de valorizar outras dimensões para além da formal, numa política para uma parcela de cidade que tem direito a um devir, não podendo permanecer apenas como espaço de visita, porventura a despertar a curiosidade para a forma como se vivia na cidade há umas décadas ou porventura séculos atrás! Nesta medida, deve ser valorizada a apropriação que existe dos espaços pelos seus habitantes que com ele estabelecem relações afectivas cheias de sentido (as velas sempre acesas no memorial da Ponte das Barcas e no nicho a Santa Ana surpreendem em cada visita), o que permite que espaços anónimos passem a ser a "minha" rua, a "minha" praça, o "meu" bairro, em limites nem sempre compreensíveis aos urbanistas, os quais dificilmente distinguirão as marcadas fronteiras existentes entre o que é viver na Rua das Aldas e na Rua da Bainharia, ou entre um e outro lado da Praça da Ribeira. Mas, ao mesmo tempo que estes valores são essenciais, será igualmente necessário que se consiga cruzar escalas, na produção da cidade contemporânea, o que passa por fazer com que o centro histórico não seja transformado em postal ilustrado, um "... sítio sedentário e nostálgico de "cultura local", mas o encontro dinâmico de práticas construtoras de lugares, locais, nacionais e transnacionais" (SMITH, p. 185). Por isso, importa conservar, mas conservar para reutilizar manter a cidade viva e vivida, diversificada, complexa, rica de lugares e respeitadora das memórias que transporta[11],

[11] Porque, se uma cidade não se faz em relação ao seu passado, tampouco se faz em função de um hipotético amanhã. O que se imagina hoje deve ser coerente com o que existia: as hipóteses fundadas no futuro foram desmentidas por esse futuro. O urbanista deve preencher a sua página em função da página precedente (Jean Nouvel, in EDELMANN, p. 172).

mas que saiba também encontrar as formas de adequação aos nossos dias e criar oportunidades para a expressão da modernidade.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, MAURÍCIO DE ALMEIDA (1998). *Sobre a memória das cidade*, Geografia/Revista da Faculdade de Letras da U.P., vol. XIV, pp. 77-97.

BORGES, ANTÓNIO (1998). *Relatório final do projecto piloto urbano da Sé*, CMP.

CALVINO, ITALO (2002). *As cidades invisíveis*, Editorial Teorema.

CARLOS, ANA FANI A. (1999). *Morfologia e temporalidade urbanas – o "tempo efémero" e o "espaço amnésico"*, in Pedro de Almeida Vasconcelos & Sylvio Bandeira de Mello e Silva (coord) "Novos estudos de geografia urbana brasileira", Editora da Universidade Federal da Bahia, pp. 161-172.

CARVALHO, TERESA PIRES DE; GUIMARÃES, CARLOS; BARROCA; MÁRIO JORGE (1996). *Bairro da Sé: contributo para a sua caracterização histórica*, CMP/Projecto Piloto Urbano da Sé.

CLUZET, ALAIN (2002). *Au bonheur des villes*, Éditions de l'Aube.

DUPUY, GABRIEL (1995). *L'auto et la ville*, Evry, Flammarion.

EDELMANN, FRÉDÉRIC (2003). *Créer la ville : paroles d'architectes*, Éditions de l'Aube.

FERNANDES, JOSÉ A. RIO (1992). *O comércio e a cidade do Porto: transformações recentes, tendências e perspectivas*, "Sociedade e Território", n.º 17, Edições Afrontamento, pp. 19-25.

FERNANDES, JOSÉ A. RIO (1995). *Porto: cidade e comércio*, Arq. Histórico da CMP.

FERNANDES, JOSÉ A. RIO (2000). *Cidade do Porto e Área Metropolitana do Porto: realidades e desafios*, "História", III série, vol. 1, FLUP, pp. 127-143.

FERNANDES, JOSÉ A. RIO (2001). *Qualificação e vivificação de áreas centrais: o caso da Baixa do Porto*, "Percursos & Ideias", n.º 4, Instituto de Ciências Empresariais e do Turismo, pp. 41-49.

FERNANDES, JOSÉ A. RIO FERNANDES & VASCONCELOS, PEDRO DE ALMEIDA (2002). *Porto e Salvador: as proximidades de dois percursos urbanos distintos*, "O Tripeiro", Associação Comercial do Porto, pp. 228-254.

HALL, PETER (2002). *Cities of tomorrow*, Blackwell, 3ª edição.

Lacaze, Jean-Paul (1995). *La ville et l'urbanisme*, Paris, Flammarion.

MARQUES; HELDER; FERNANDES, JOSÉ A. RIO; MARTINS, LUÍS P. SALDANHA (1990). *Porto: percursos nos espaços e na memória*, Edições Afrontamento.

MILES, MALCOM, HALL, TIM (ed.) (2003). *Urban futures: critical commentaries on shaping the city*, Routledge.

OLIVEIRA, JOSÉ MANUEL PEREIRA DE (1982). *A cidade do Porto como centro urbano "histórico"*, Cadernos de Geografia, n.º 2, Instituto de Estudos Geográficos da FLUC, pp. 13-22.

OLIVEIRA, JOSÉ MANUEL PEREIRA DE (1973). *O espaço urbano do Porto: condições naturais e desenvolvimento*, Instituto de Alta Cultura.

PILE, STEVE & THRIFT, NIGEL (ed.) (2000). *City A-Z*, Routledge.

REAL, MANUEL; BRAGA, MARIA HELENA GIL (2001). *A ponte e a avenida: contradições urbanísticas no Centro Histórico do Porto*, CMP.

SOJA, EDWARD W. (2000). *Postetropolis: critical studies of cities and regions*, Blackwell.

SMITH, MICHAEL PETER (2001). *Transnational urbanism: locating globalization*, Blackwell.

VVAA (2001). *Monumentos – revista semestral de edifícios e monumentos*, nº 14, D.G. Edifícios e Monumentos Nacionais/Ministério do Equipamento Social.

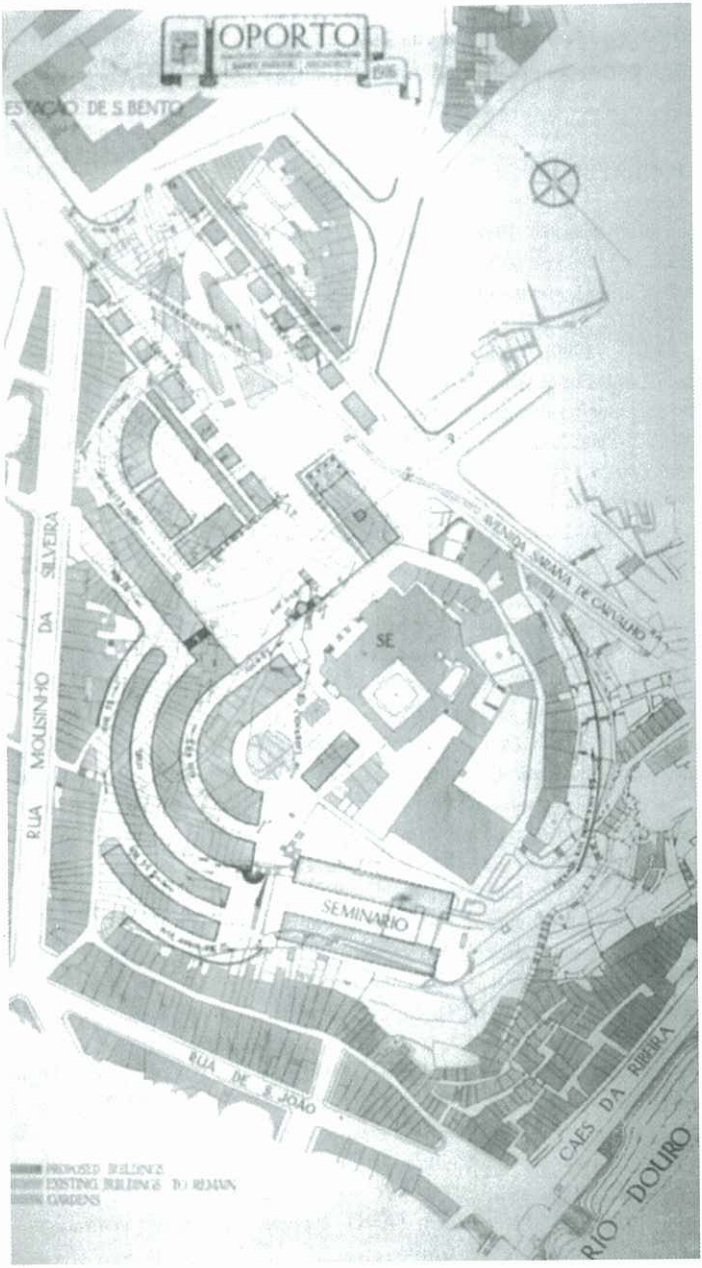

Fig. 1 – Proposta de Barry Parker para o Morro da Sé, tendo em vista a "criação de em novo centro monumental" (1916).

Fonte: Teresa Pires de Carvalho; Carlos Guimarães e Mário Barroca – Bairro da Sé: contributo para a sua caracterização histórica. Porto, CMP/CRUARB/PPUS, 1996.

Fig. 2 – Casas do Largo do Colégio, junto ao topo Este da Rua de Santana, antes e após a sua recuperação.

Fonte: António Borges – Projecto Piloto Urbano da Sé. Relatório Final. Porto, CMP, 1998.

Fig. 3 – Aspecto parcial das caves de Vila Nova de Gaia que se estendem entre a proximidade da Ponte D. Luís e o Morro do Castelo. Aqui, a homogeneidade formal e funcional, mascaram uma profunda diversidade, a que não faltam intrusões arquitectónicas, facilitadas pela ausência de acompanhamento especialmente direccionado ao tecido antigo.

Fig. 4 – Viela do Anjo: um dos muitos locais onde é forte o contraste entre o que foi recuperado e o que faz falta recuperar.